

A conferência alimentar e a proposta preta

» SOLON DIAS

Jornalista e coordenador de comunicação do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (DF)

Por sua grandiosidade e complexidade, a 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em Brasília, de 11 a 14 de dezembro passado, prometia encontrar a fórmula para “erradicar a fome e garantir direitos com comida de verdade, democracia e equidade”. Cansado e afônico, o presidente Lula não pôde participar e deixou de ver o entusiasmo com que os participantes perseguiram esse objetivo.

Em 2021, a indústria de alimentos teve uma receita de quase R\$ 1 trilhão e apresentava franco crescimento em um desempenho econômico de encher os olhos do governo federal, principal comprador da produção agrícola brasileira. Crescimento, aliás, que mostrou como resultado algo em torno de 16% a mais em relação ao ano anterior. Mesmo assim, mais de 33 milhões de pessoas estão em absoluto estado de insegurança alimentar grave.

Por outro lado, há uma deliberada tolerância com a produção de alimentos sem qualidade, como os embutidos, que circulam livres — e com autorização oficial — por supermercados, açougues e feiras. É indispensável a redefinição das políticas públicas responsáveis pela produção de alimentos para fazer face às defasagens numéricas que afligem a população. “Erradicar a fome e garantir direitos com comida de verdade, democracia e equidade”.

E, aqui, nós dos movimentos negros, que há décadas lutamos por igualdade de oportunidades, mergulhamos no debate civilizatório para ampliar a interlocução das vozes negras, de homens e mulheres dos campos e das cidades, com os representantes dos poderes político e econômico.

Essa articulação que emerge dos campos e das favelas, das comunidades marginalizadas dos grandes centros urbanos e da parcela da população desempregada (lugares em que se concentra uma população majoritariamente negra) briga pela formulação comprometida de políticas públicas que levem em conta — quantitativa e qualitativamente — a aplicação e a difusão de metodologias de produção e distribuição de comida de verdade. Formas de execução foram testadas à exaustão por organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), por populações africanas (origem de nossos saberes nutricionais no ocidente) e brasileiras, porque, aqui, houve o ajustamento forçado, na diáspora, das dezenas de perfis sequestrados do outro lado do Atlântico, trazendo o melhor (línguas, conhecimentos, cultura e comida), em um contexto em que se impôs o pior que um ser humano pode suportar, como açoite, desprezo, mais-valia, exploração e saque.

Os povos tradicionais de matriz africana têm muito a oferecer para que o país continue



G O M E Z

produzindo muito, mas, desta vez, com qualidade. Os saberes desses povos não se encerram apenas nos meios de produção, mas também na aplicação de metodologias econômicas ancestrais — abortadas pelo colonizador desde os territórios africanos invadidos por aventureiros sustentados pelos reinos europeus.

No encontro de Brasília, um total de cinco eixos temáticos nortearam as plenárias: agricultura familiar e camponesa; abastecimento e agroecologia; fomento à participação por meio do Sisan e do Consea — respectivamente, Sistema e Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional —; terra e território, povos indígenas, comunidades tradicionais e racismo institucional; e exigibilidade do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), formação, pesquisa, monitoramento e agenda internacional.

A proteção e promoção da alimentação adequada e saudável sempre, porém não só, constituíram os afazeres diários ancestrais. Isso está

de acordo com o que as instituições de defesa dos povos tradicionais de matriz africana vêm realizando imemorialmente. Os grupos que apresentam as comunidades negras, sobretudo as que habitam as comunidades tornadas periféricas pelo poder público e desprezadas pelas elites urbanas, falam em segurança alimentar como um direito humano.

Nesse caldo de cultura, o que defendemos são os seguintes ingredientes: reconhecimento das Unidades Territoriais Tradicionais (UTTs) como equipamentos de segurança alimentar; instituição e fomento aos pontos populares de segurança alimentar; sistemas alimentares sustentáveis; e gênero, raça/cor, produção e consumo. Ou seja, os coletivos que chamam à reflexão de todos e demandam providências do poder público, como os povos tradicionais de matriz africana, têm a comida de verdade como modelo de convivência e a segurança alimentar como princípio.

Daniel na cova das onças-pintadas

» MARCELO COUTINHO
Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e analista sênior de hidrogênio

O Brasil se recusa a ser aquilo para o qual foi destinado: uma nação próspera aliada à natureza exuberante. O país insiste em crescer queimando suas florestas e óleo diesel. Padre Antônio Vieira foi o primeiro a intuir que o quinto império bíblico viria de onde menos se esperava: Portugal. Fernando Pessoa também pensava o mesmo, sobre um império lusitano. Todos devem se lembrar de como Daniel decidiu o sonho de Nabucodonosor e a estátua com cabeça de ouro, peito e braços de prata, ventre e coxas de bronze, pernas de ferro e pés de ferro e barro. Babilônia, Medo-Persa, Grécia, Roma e reticências, respectivamente.

Foi o embaixador Luiz da Cunha, no entanto, em memorando secreto a Dom João V, em 1736, que, pela primeira vez, sugeriu o novo império não ficava exatamente em Portugal, mas em sua extensão colonial ultramar. Para o diplomata, o pequeno país europeu não passava de uma “orelha de terra” que jamais poderia governar o mundo. Foi, então, que nasceu o mito do “Brasil grande” pela primeira vez, antes mesmo de o país existir de fato e de direito, como sempre colocando a carroça à frente dos bois, antes mesmo do parto do seu nascimento.

Eis que dessa cesárea imperial pariu-se precocemente um Macunaíma, o herói sem caráter. E, desde então, ficamos conhecidos como um povo malandro, preguiçoso e libidinoso, encenando um gênero cômico. Se alguém discordar, que brigue com Mário de Andrade e os modernistas, ou com a realidade, num negacionismo tupiniquim que estranhamente se casou nos últimos tempos com o negacionismo climático, ameaçando índios e todos os demais seres humanos, bichos e vidas aqui e além-mar. A agricultura já está sendo afetada, o mar já está subindo, o calor já está perto do limite.

Na era da transição energética, o Brasil teria tudo para ser líder mundial. Nenhum outro país tem metade da energia renovável que dispomos. E, em vez de produzir hidrogênio verde, por aqui se repete a cantilena dos reis do petróleo com a falsa perspectiva de captura e armazenamento de CO₂. Todas as tentativas disso falharam, e mesmo que essa tecnologia seja melhorada, não captura metano, que vaza desde a extração até toda a cadeia de valor. O hidrogênio azul (fóssil) emite 20% mais carbono do que a pura queima de gás natural ou carvão, e o mesmo que o hidrogênio cinza, o mais poluente de todos.

O conceito que querem aprovar no Congresso Nacional é de um hidrogênio de baixo carbono que de baixo não tem nada. É uma definição frouxa que destoa das melhores regulamentações no mundo, que variam entre 2 kg de CO₂ por quilo de H₂ na Índia a 3,4 Kg no Japão. Americanos, europeus, canadenses e chineses estão claramente incentivando apenas o hidrogênio verde, mas o Brasil ainda não tem sequer uma lei. As propostas legislativas nacionais acabam beneficiando quem desmata e polui. O projeto de lei menos pior é o que foi aprovado pelo Senado, precisando de correções na Câmara. Mas o que esperar dos deputados se eles sequer mencionaram uma única vez o hidrogênio verde no projeto que leva esse nome?

O espírito da lei dos novos combustíveis deve ser a transição energética e não beneficiar setores que sempre foram favorecidos e continuaram desmatando e poluindo. O mundo desenvolvido quer comprar o hidrogênio verde brasileiro. Só os poderes em Brasília não querem produzi-lo de verdade, em lengalenga indistigável. As autoridades federais usam as palavras hidrogênio verde como o marido que dá flores à esposa depois de traí-la o dia inteiro com sua inimiga.

Podemos liderar o mundo com a economia de hidrogênio verde, e ajudar a evitar o agravamento da crise climática. Não deveríamos estar com quem quer perfurar novos poços até no Ártico ou plantar cana e milho na Amazônia. Já estão acabando com o Cerrado. Segurança energética é evitar o que está acontecendo nas cidades. Governador Valadares (MG), por exemplo, ficou recentemente sem luz por três dias por causa de uma tempestade de ventos atípicos que derrubaram linhas de transmissão, deixando a população dormindo nas ruas e nos quintais. Então, não venham dizer que térmicas a carvão ou gás natural dão segurança porque é justamente o contrário. Os apagões estão aí.

Bem depois de interpretar o sonho do rei babilônico, Daniel foi trancado na cova dos leões pelo rei do Medo por causa da sua fé. Babilônia ficou caracterizada na Bíblia como o lugar do erro e da soberba. E a sociedade das economias carburantes também segue com erro e soberba de não querer mudar, não querer aceitar sequer provas materiais do aquecimento global. Essa sociedade insiste em ser a nova Babilônia apocalíptica. Um profeta hoje que nos lembrasse o Armagedom, provavelmente seria isolado por macunaímas de terno e gravata. A verdade, como a fé, incomoda aos reis sem sabedoria. No Brasil, estaria Daniel na cova com as onças-pintadas, mais todos encurralados, e o quinto império de pés de barro topocaria em si mesmo. “Esse reino é a pedra que rolu do monte sem ninguém tocar nela, e esmigalhou o que era de barro, ferro, bronze, prata e ouro”, – (Daniel 2, 45).

O Perse e a transversalidade dos eventos

» ENID CÂMARA

Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Eventos (Abeoc Brasil)

Eu poderia apostar que você, talvez, não saiba ao certo em quantos eventos corporativos esteve presente. Difícil lembrar de todos, não? Eu entendo, mas o fato é que, todo ano, a gente encontra um tempo para estar em algum evento corporativo. Os eventos simplesmente fazem parte da nossa agenda, da nossa vida profissional!

E por quê? Porque um homem nos fez passar a pensar assim: o radialista e empresário Caio de Alcântara Machado (1926-2003). Foi ele que, no ano de 1958, resolveu criar a Feira Nacional da Indústria Têxtil (Fenit), em São Paulo. E não à toa é considerado o criador das feiras de negócios no Brasil, o pioneiro do nosso setor de eventos.

Mas agora imagine como Caio reagiria ao ver todo esse setor ser dizimado por uma pandemia? Não, ele não merecia ter visto milhares de empresas e profissionais forçadamente parados por dois longos anos. E de lembrar que, em 2019, o setor de eventos crescia 19% ao ano, com previsão de chegar aos 25% em 2020. Mas não foi possível. A covid-19 não nos permitiu esse crescimento.

A histórica e desafiadora pandemia levou ao fechamento em massa das empresas de eventos e, por consequência, a dispensa de quase 100% dos funcionários e prestadores de serviços de boa parte dos mais de 50 segmentos que compõem o ecossistema da cadeia de eventos. É impossível calcular quantos sonhos de prosperidade no setor foram interrompidos, quantos profissionais se sentiram obrigados a buscar outro meio de vida.

Naquele momento, a Associação Brasileira

de Empresas de Eventos (Abeoc Brasil), enquanto mais longa entidade do setor, fez coro ao chamado G20+, o grupo formado pelas principais entidades do trade de eventos e turismo do país. E após um ano e meio de muitas negociações, entre o setor produtivo e o governo federal, chegamos, em março de 2021, à criação do inédito Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse).

O Perse foi o único programa criado pelo governo federal durante a pandemia para um setor específico da economia brasileira. Um merecido acerto em cheio para as tão impactadas empresas do setor buscarem sobrevida com o refinanciamento de dívidas e a isenção de impostos federais (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS).

Tais benefícios foram implementados com o cristalino propósito de reduzir as comprovadas perdas do setor. Um propósito com data de validade, é verdade. O Perse foi pensado para chegar ao fim exatamente em 17 de março de 2027. Ou seja, uma data estipulada com a mútua convicção dos empresários e do governo, pois o horizonte da referida data se traduziria em tempo hábil para a recuperação do setor no Brasil.

É como um médico que receita para o paciente uma série de atividades a serem cumpridas em determinado período. E, assim, acredita que, naquele tempo estabelecido, o paciente conseguirá se recuperar plenamente. Mas se de repente aparece outro médico refutando o que foi prescrito para simplesmente reduzir o tempo de tratamento?

Analogias à parte é o que está acontecendo com o setor de eventos no Brasil. O tratamento

aprovado para ser aplicado até 2027 pode, agora, ir somente até abril deste ano. E, aí, eu me pergunto: pode mesmo esse setor se recuperar em apenas dois anos. E para que serviram todos os estudos formulados para a validação do Perse até 2027? Estavam errados todos os profissionais que atestaram ser esse o tempo necessário para a recuperação de todo o setor?

Sofrem as empresas e os profissionais de eventos, bem como todos os stakeholders que orbitam em torno desse importante setor da economia brasileira. Sim, nossa atividade é puramente transversal! Pois dialoga e gera emprego com uma série de segmentos. Desde a indústria, que precisa dos congressos e feiras para lançar seus produtos ao setor de infraestrutura e logística que transporta tudo aquilo que é necessário para realizarmos eventos em todas as regiões deste continente chamado Brasil.

Por isso, é nítido perceber o tamanho do prejuízo que pode vir a ser causado a inúmeros ramos da nossa economia com o apresurado e prematuro fim do Perse. É imperativo que todos parem e reflitam quem quando falamos em eventos, estamos tratando de todo um ecossistema formado por várias cadeias de valor conectadas uma à outra.

Ou seja, dizer “não” ao Perse, agora, é ignorar a transversalidade de um setor que gera emprego e renda para o turismo, para a indústria e para a logística. Deixemos o setor se recuperar, evitemos o desemprego. Nos deixem preservar o legado de Caio de Alcântara Machado, nos deixem seguir investindo nas feiras e eventos do Brasil.